
Aos 13 dias do mês de dezembro de 2019, às 9h30, na sede da OAB, à Praça da Sé, n. 385, 5º andar, teve início a reunião mensal da Comissão da Advocacia Pública, sob a Presidência Presidente Patrícia Helena Massa, com a presença da Vice-Presidente Raquel Barbosa. Presentes os membros da CAP que assinaram a lista de presença. Ausências justificadas conforme lista de presença.

1- Ao dar início aos trabalhos, a Presidente relatou a votação de lei em Porto Ferreira, que classificou como receita orçamentária os honorários de sucumbência dos Procuradores daquela localidade. Presentes o Procurador do Município de Porto Ferreira, Lucas P. de Lima e o Assessor Jurídico (concursado) Matheus Gomes. Foi aprovado, pela Comissão o ingresso da OAB/SP como “amicus curiae” (que depende de aprovação da Diretoria da OAB/SP). O integrante desta Comissão Carlos Alckmin Dutra irá efetuar o respectivo parecer, abordando inclusive a questão da inconstitucionalidade da mencionada lei. Por sua vez o integrante Marcos Porto aceitou a incumbência de representar a OAB/SP na atuação como “amicus curiae”.

2- Foram comentados os andamentos de projetos de lei e de emendas à Constituição abaixo mencionados:
   - PL 6381/19 - alteração do CPC, para excluir os honorários dos advogados públicos. Se conseguiu barrar a votação, mas tem ainda duas sessões do congresso.
   - PEC 186, emergencial– classificando os honorários de sucumbência como verba pública – está na CCJ, desde 10/2012.
   - PL 4489 – aprovado classificando os serviços jurídicos como inexigíveis.

3- Foi exposto o resultado parcial do mapeamento da advocacia pública municipal. Nada mais tendo sido tratado, Raquel Barbosa, secretari e digitei a presente ata. Nada mais.

Patrícia Helena Massa
Presidente da Comissão Permanente de Advocacia Pública

Raquel Barbosa
Vice-Presidente da Área Estadual